

**Pesquisa apresentada ao XXV Congresso de Iniciação e Produção Científica
Metodista da Universidade Metodista de São Paulo**

Aluna: Angélica Aparecida Monforte

AUTISMO E INCLUSÃO: O IMPACTO DA LEI

BERENICE PIANA NA EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar é um dos desafios mais discutidos no campo da educação e das políticas públicas brasileiras. O aumento no número de diagnósticos de autismo nas últimas décadas, aliado ao reconhecimento da necessidade de integração plena dessas pessoas na sociedade, trouxe à tona debates sobre a qualidade e eficácia das práticas inclusivas. Nesse cenário, a Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, mais conhecida como Lei Berenice Piana, desempenha um papel importante ao estabelecer uma Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, assegurando direitos fundamentais, com foco na educação.

A legislação foi um marco no avanço das discussões sobre a inclusão escolar, na medida em que reconheceu oficialmente o autismo como uma deficiência, garantindo às pessoas com TEA o direito à educação inclusiva. Isso, significa, que as escolas devem estar preparadas para atender às necessidades dos alunos autistas, promovendo adaptações curriculares e práticas pedagógicas diferenciadas, além de capacitação docente para acolher e incluir esses alunos no processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, quase uma década após a promulgação da Lei, a questão da inclusão efetiva de alunos com autismo nas escolas brasileiras ainda enfrenta diversos obstáculos. Embora a legislação assegure direitos, a implementação prática encontra barreiras que vão desde a falta de infraestrutura adequada até a carência de formação específica por parte dos professores. Surge, assim, um problema: apesar dos avanços jurídicos, o impacto da Lei Berenice Piana no cotidiano escolar é limitado?

Este trabalho tem como objetivo investigar o impacto da Lei Berenice Piana na inclusão de alunos com autismo na educação básica brasileira, discutindo os avanços e os desafios encontrados na implementação de práticas inclusivas. Buscaremos analisar como a legislação tem sido aplicada e quais são os principais obstáculos para sua efetividade no ambiente escolar.

DESENVOLVIMENTO

A Lei Berenice Piana trouxe um marco importante ao reconhecer a pessoa com autismo como portadora de deficiência, equiparando seus direitos àqueles previstos na Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Um dos principais avanços foi garantir às pessoas com TEA o acesso à educação inclusiva, em todos os níveis de ensino, sem discriminação e com igualdade de oportunidades. A legislação prevê que os sistemas de ensino devem adaptar suas práticas pedagógicas, currículos e métodos para atender às necessidades específicas desses alunos,

respeitando as diferenças individuais e proporcionando um ambiente escolar acessível e acolhedor.

Além disso, a Lei estabelece a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação para que estes possam lidar com o autismo e promover um ensino inclusivo de qualidade. Também propõe a presença de profissionais de apoio, como monitores e assistentes, que auxiliem no processo educacional dos alunos com autismo, garantindo sua participação plena no ambiente escolar.

Apesar dessas garantias, a aplicação prática da Lei Berenice Piana encontra desafios significativos. Um dos problemas mais comuns relatados por escolas e famílias é a falta de profissionais especializados ou capacitados para lidar com o autismo. Em muitos casos, os professores recebem pouca ou nenhuma formação específica para trabalhar com alunos autistas, o que prejudica a inclusão. Além disso, a falta de recursos pedagógicos adaptados, como materiais específicos e apoio especializado, acaba criando barreiras adicionais ao processo de inclusão.

A inclusão escolar de alunos com TEA enfrenta diversos desafios que comprometem a eficácia da Lei Berenice Piana. Um dos principais obstáculos é a falta de infraestrutura adequada nas escolas. Muitas instituições de ensino, especialmente na rede pública, não possuem salas de recursos multifuncionais, que são espaços fundamentais para o atendimento educacional especializado. Além disso, a ausência de monitores, assistentes especializados e a inadequação de currículos voltados para a diversidade são problemas recorrentes que impactam negativamente a inclusão.

Outro desafio importante está relacionado à resistência de algumas escolas e profissionais da educação. Embora a legislação seja clara quanto ao direito dos alunos com autismo à educação inclusiva, ainda há uma cultura de exclusão, em que muitas escolas preferem encaminhar esses alunos para instituições especializadas ou classes especiais, ao invés de investir em sua inclusão nas salas regulares. Tal postura vai de encontro ao que propõe a Lei, que defende a integração dos alunos com TEA ao ensino comum, salvo em situações muito específicas.

A falta de capacitação docente é outro ponto crítico. A formação dos professores, em geral, não contempla adequadamente as práticas pedagógicas inclusivas, principalmente no que diz respeito ao atendimento de alunos com autismo. Sem a devida preparação, os profissionais da educação enfrentam dificuldades em adaptar seus métodos de ensino para atender às necessidades específicas desses alunos, o que pode levar à exclusão ou ao fracasso escolar.

Apesar dos desafios, também é possível identificar alguns avanços desde a implementação da Lei Berenice Piana. Em diversas regiões do país, houve um aumento significativo no número de alunos com TEA matriculados em escolas regulares, o que reflete um movimento de inclusão. Além disso, políticas públicas voltadas para a formação de professores e para o fortalecimento do atendimento educacional especializado têm sido desenvolvidas, ainda que de forma desigual entre estados e municípios.

Programas de capacitação docente têm sido oferecidos em algumas redes de ensino, com foco no desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão de alunos com TEA. Iniciativas como a produção de materiais pedagógicos adaptados e o fortalecimento de parcerias com instituições que atuam no campo do autismo também são exemplos de

ações positivas. No entanto, tais iniciativas ainda são pontuais e insuficientes para atender à demanda nacional.

METODOLOGIA

Este trabalho utilizou-se de uma abordagem qualitativa, com base em análise documental e revisão bibliográfica. Foram analisados documentos oficiais, como a própria Lei Berenice Piana e políticas públicas educacionais. Além disso, foi realizada uma revisão de literatura com foco em artigos e pesquisas acadêmicas que discutem a inclusão de alunos com TEA no Brasil.

CONCLUSÃO

A análise do impacto da Lei Berenice Piana na educação brasileira evidencia que, apesar dos avanços legais, a inclusão de alunos com autismo ainda enfrenta barreiras significativas. A falta de infraestrutura adequada, a resistência de alguns setores da educação e a insuficiente formação dos professores são desafios persistentes que dificultam a implementação plena das diretrizes de inclusão. Embora a legislação tenha garantido direitos fundamentais, a realidade escolar ainda não reflete integralmente os objetivos da Lei, mostrando a distância entre o ideal jurídico e a prática cotidiana.

No entanto, o reconhecimento legal dos direitos das pessoas com autismo é um avanço inegável, e iniciativas que buscam aprimorar a capacitação docente e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas oferecem perspectivas promissoras. Políticas públicas voltadas para a formação continuada dos profissionais da educação e a adaptação das escolas são passos fundamentais para consolidar a inclusão desses alunos de forma mais efetiva.

Este trabalho ainda está em fase de elaboração e continuará a aprofundar o estudo sobre o impacto da Lei Berenice Piana, com a coleta de mais dados e a análise detalhada de experiências de inclusão em diferentes contextos educacionais. A expectativa é que, ao final da pesquisa, seja possível apresentar um panorama mais completo das práticas inclusivas voltadas para alunos com TEA, identificar possíveis melhorias e sugerir novas estratégias para garantir que a inclusão seja uma realidade consolidada nas escolas brasileiras.